

RESENHA

O giro ecoterritorial de Maristella Svampa como a amálgama necessária das tradições emancipadoras na periferia do capitalismo

Maristella Svampa's ecoterritorial turn as the necessary amalgamation of emancipatory traditions on the periphery of capitalism

Guilherme Pereira Cocato

Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
Rua Roberto Símonsens, 305, Centro Educacional, Presidente Prudente-SP
guilhermecocato@gmail.com

Recebido em 28 de dezembro de 2020, Aceito em 15 de março de 2021
<https://doi.org/10.26512/2236-56562021e40262>

A temática ambiental tem ganhado força em todos os espaços contemporâneos de diálogo, desde os educacionais às redes sociais digitais, passando, obviamente, pela esfera política. Apesar disso, é visível que são muitos os discursos e trabalhos que assumem uma postura conservadora no sentido de preservar a ordem capitalista e apresentar soluções pontuais e individualizadas. A socióloga argentina Maristella Svampa faz o contrário, e coloca como necessária uma mudança no paradigma societário, caso queiramos não somente frear, mas reverter o nosso trajeto de exploração e degradação predominantes.

Maristella Svampa, licenciada em Filosofia pela Universidad Nacional de Córdoba e doutora em Sociologia pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, professora da Universidad Nacional de La Plata, é autora de “As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências”, que apresenta algumas das principais preocupações socioambientais do mundo atual. Esta obra, publicada no Brasil pela Editora Elefante, resume conceitos contemporâneos, das mais diversas matrizes, de uma forma elucidativa. São elementos que podem ser de extrema utilidade para a discussão geográfica, dentre eles os conflitos territoriais; desigualdades socioeconômicas no cenário internacional e geopolítico dos países da América Latina; exploração, degradação e (des)equilíbrio socioambiental.

É trazido ao primeiro plano o conceito de neoextrativismo, no intuito de debater o domínio da exploração de elementos naturais em seu caráter econômico e mercantilizado, para exportação primária no formato de *commodities*, da América Latina aos países centrais do capitalismo mundial. A autora não se exime de demonstrar o manifesto caráter de associação entre as práticas de exploração extrativista e o nascimento e consolidação do modo de produção capitalista.

Nesse contexto, não se pode perder de vista a primeira noção de extrativismo, prática executada desde a colonização até o período moderno, em grande escala, nos territórios colonizados pela violência e exploração. Eis que, de acordo com Svampa, surge no início do século XXI uma nova forma de extrativismo, um neoextrativismo.

Este pode ser lido em diversas escalas e por diferentes abordagens, mas, predomina o papel dos Estados em incentivar essa nova-velha forma de exploração sob a tutela do modo de produção e acumulação capitalista. Estados latino-americanos recém comandados por representantes da social-democracia, viram no neoextrativismo uma maneira de alavancar a posição econômica de seus países no cenário internacional e transformarem parte dos rendimentos em políticas sociais e de diminuição da histórica desigualdade de classes na região. No entanto, esta nunca foi uma política que visou uma ruptura com o modo de produção dominante, assim como nunca respeitou os direitos de povos tradicionais ou o equilíbrio ambiental.

O neoextrativismo, apoiado na exploração e exportação de hidrocarbonetos e seus derivados, minérios, biodiversidade e *commodities* agrícolas (soja, milho, dendê, cana-de-açúcar etc.) reforça uma postura de subordinação da economia dos países latino-americanos, além de atrofiar seu mercado interno (perda de diversidade e reprimarização da economia), escassear seus postos de trabalho e suas possibilidades reais de avanço enquanto nações independentes. E, o mais gritante atualmente, causar grande destruição socioambiental. Esse modelo é a maior prova da falência do moderno projeto de progresso e desenvolvimento, nascido com o capitalismo e que não vê fronteiras para sua própria expansão e acumulação.

Outros elementos se destacam a partir do conceito de neoextrativismo. No contexto geopolítico, o acirramento das explorações e aumento das exportações de *commodities* indica o avanço do domínio político e econômico da China, que, cada vez mais, necessita de maiores importações para abastecer seus rebanhos, população e indústrias (enquanto exporta produtos manufaturados, de maior valor agregado, para a América Latina). Em outra chave, é possível fazer uma relação entre a intensificação do neoextrativismo, a luta pela terra e o enfraquecimento das instituições democráticas, já que o aumento da exploração e dos cultivos agrícolas não permite ser controlado ou dirigido, não respeita decisões populares que não sejam as das minorias no controle, e abocanha sempre mais territórios sobre seu domínio (aumentando essa desigualdade também histórica no subcontinente). Esse processo, além de ocasionar inúmeras mortes e violência para com os povos tradicionais, representantes de movimentos sociais e defensores do ambiente, também acirra as formas de resistência que se mostram cada vez mais ativas e capilarizadas.

Svampa lança uma nova expressão para o período de domínio do neoextrativismo: o de Consenso das *Commodities*. Em comparação com o Consenso de Washington que marcou o início da era neoliberal, de domínio financeiro e da inclusão pelo consumo; o Consenso das *Commodities* se tornou marcante a partir dos altos preços das *commodities*, de uma balança comercial favorável para os países exportadores e de uma nova fé na doutrina do desenvolvimento produtivo a partir dessas explorações. Nesse cenário, foram ignoradas as desigualdades e os novos perigos sociais, ambientais, territoriais e políticos desse novo ideal extrativista.

Os governos ditos progressistas, na América Latina, nunca questionaram as bases da exploração capitalista exacerbada no neoextrativismo. Ao contrário, se apoiaram nela como “único motor econômico possível”, guiados por fortes ideais de desenvolvimento produtivista e de melhorias sociais pelo aumento do consumo, não reconhecendo limites socioambientais. É uma crítica que, inclusive, deve ser direcionada à setores da esquerda nesses países, que se centraram demasiadamente na contradição entre capital e trabalho, e se esqueceram da base natural que sustenta toda a vida.

Considerando os conflitos socioambientais, inerentes às práticas extrativistas, e que demonstram não só uma luta pela terra e seus recursos, mas o próprio choque entre diferentes visões de mundo e concepções de desenvolvimento humano e territorial, Svampa propõe a interessante divisão do neoextrativismo em três fases: a de positividade (2003-2008/2010), em que a aposta no extrativismo foi compensada por extensos gastos sociais e diminuição da pobreza; a de multiplicação dos megaprojetos (2008/2010-2013), de grandes planos de crescimento, construção de hidrelétricas e expansão da exploração, que também ampliou os conflitos; e a da exacerbação do neoextrativismo (2013-2015), em que os preços das *commodities* caíram e forçaram os países a intensificar a exploração.

Posteriormente, essa terceira fase dá sequência a queda dos governos progressistas, que não conseguem se manter no poder sem o devido cumprimento de suas propostas insustentáveis de desenvolvimento. Para o (quase) fim do progressismo na América Latina, merecem destaques elementos como o aumento da desigualdade (mesmo com a redução relativa da pobreza) e o pacto com o grande capital na forma do neoextrativismo. Ao mesmo tempo que os lucros gerados pelo Consenso das *Commodities* catapultaram as possibilidades de investimento social dos governos, essa lógica foi um obstáculo intransponível para qualquer transformação real que satisfizesse as demandas das classes mais pobres.

Em especial, para o caso brasileiro, é imprescindível uma análise sobre o acirramento recente dos conflitos socioambientais, com grave violência e mortes de integrantes dos povos

indígenas, camponeses, movimentos sociais e ambientais. A partir dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, a repressão estatal tem se intensificado contra estes grupos, além de terem sido empurrados e expulsos de suas terras, a uma velocidade impressionante, pelo avanço das fronteiras extrativistas (agrícolas e minerais, principalmente) que não mais necessitam respeitar legislações ambientais de uma maneira óbvia. Ocorre o enfraquecimento da democracia, enquanto o projeto neoextrativista primário exportador anda de mãos dadas com uma política neoliberal de privatizações e subordinação econômica a empresas e instituições transnacionais.

Em uma passagem de intensa articulação com o pensamento geográfico, aparece na obra o papel dos territórios e da territorialidade nas lutas de resistência ao neoextrativismo e na criação de laços ambientais e sociais que firmem as bases de uma nova noção de humanidade. Em diálogo com Milton Santos, Bernardo Mançano Fernandes, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Rogério Haesbaert, a autora resgata significados diversos de território, para além do discurso político que o considera somente como palco de extração de recursos ou “vazio demográfico”. Os territórios são locais de construção material e simbólica, de relações de poder e de íntima conexão com a vida para os mais diferentes povos e espécies que os habitam.

A valorização de diferentes formas de territorialidade passa pelo chamado giro ecoterritorial, que pode englobar distintas correntes teórico-ideológicas de defesa da terra e posicionamento nas lutas socioambientais. Desde a matriz indigenista e camponesa, até movimentos autonomistas, classistas, ambientalistas e (eco)feministas. Essa união de lutas, que, resumidamente se posicionam pela justiça ambiental, demonstra uma alternativa crescente para a resistência ativa ao neoextrativismo na América Latina, além de se tornar uma fonte de inspiração no enfrentamento ao avanço do autoritarismo capitalista e da degradação socioambiental que se intensifica.

Como elemento em crescente valorização no debate ambiental atualmente, evidencia-se a noção de bem viver, que propõe uma nova maneira do ser humano se relacionar com a natureza. O bem viver reúne um conjunto de ideias plurais, que insistem na mudança do paradigma desenvolvimentista para uma visão de crescimento econômico limitado, solidário e sustentável, incentivando a (re)criação de espaços comuns (da comunidade), além de colocar os direitos da natureza como uma premissa incontornável. Destaca-se que, por direitos da natureza, não se entende os elementos naturais como bucólicos ou intocáveis, mas sim como detentores de uma dinâmica própria que abarca a saúde e o bem estar de todos os seres vivos.

De maneira certa, Svampa compõe suas reflexões a partir da crise sistêmica global pela qual a humanidade passa atualmente. Uma crise enquanto civilização, política e econômica

em seus sentidos mais amplos, regida pelo capitalismo neoliberal, e impulsionada pelo colapso socioambiental que avança a passos largos com as práticas neoextrativistas.

Nesse ponto, o conceito de Antropoceno ganhar força. A premissa de que o ser humano, por meio de suas ações, tem transformado o planeta em escala global e geológica, é cada vez mais evidente. Fatores como o aquecimento global, a perda de biodiversidade e a extinção em massa de espécies vegetais e animais, entre outros, tem corroborado para a visão de que o período estável do Holoceno ficou para trás, e a deterioração das condições ideais de vida tem avançado rapidamente.

A falta de uma “moral ambiental”, de um mínimo respeito às dinâmicas próprias da natureza, da qual fazemos parte, remete à crítica da modernidade e do ideal de progresso e desenvolvimento produtivista. Neste ponto, torna-se imprescindível atrelarmos o colapso socioambiental que vivemos ao estabelecimento e consolidação do modo de produção capitalista em todo o mundo.

É recorrente encontrarmos referências ao início do Antropoceno a partir da Revolução Industrial, assim como é compreensível quando, para uma melhor demonstração das causas dessa verdadeira distopia contemporânea, cunham-se termos como Capitaloceno. É uma maneira cristalina e comprometida de definir o atual momento, abordando e questionando os crimes e a devastação causados pelo avanço da mercantilização capitalista em todos os aspectos da vida, a intensificação do extrativismo e a subordinação de todos os povos ao ideal da lógica desenvolvimentista que não reconhece fronteiras.

Relembrando uma famosa passagem de Marx, que afirmava que é nas colônias que a barbaridade capitalista das metrópoles desfila nua, Svampa nos diz que é por meio do neoextrativismo, na periferia do capitalismo mundial, que se consegue perceber a verdadeira face do neoliberalismo e de suas práticas insustentáveis. A busca por lucros extraordinários, particularmente na América Latina, toma forma na dependência dos países pela exportação de *commodities*, tendo como consequência a destruição dos territórios, a expulsão dos povos que permanecem e a morte dos que resistem.

A leitura de “As fronteiras do neoextrativismo na América Latina” é obrigatória para todos que procuram entender os problemas de nosso tempo e as formas possíveis de superá-los. Entende-se que, por não ser um escrito de fôlego, o livro não adentra com detalhes em questões e exemplos práticos do cotidiano das lutas territoriais mencionadas. Assim como deixa de lado a esfera classista e partidária da organização popular, dando a impressão de que esse campo de atuação é próprio dos agentes hegemônicos. Ao ignorar esses elementos, acaba por abandonar toda uma dimensão possível de avanço da consciência política, de classe e das pautas

ambientais defendidas. Nesse sentido, é relevante que os(as) leitores(as) combinem o conteúdo aqui resenhado com distintos pontos defendidos por uma gama de autores(as) de outras correntes teóricas críticas e radicais que vêm se multiplicando nas Américas, mas também em África e Ásia.

Mesmo com as lacunas mencionadas, o peso que essa obra traz para posturas combativas dos povos subalternizados na periferia do capitalismo é imensa, ao questionar as próprias bases da existência da degradação socioambiental. Fica lúcida a determinação para que passemos de uma sociedade neoextrativista para um modelo pós-extrativista, de maior respeito e integração socioambiental, em que não se coloque a noção produtivista de desenvolvimento e do lucro capitalista acima dos direitos fundamentais de todas e todos, humanos ou não.

Referência Bibliográfica

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências.** Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.